

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CASA CIVIL - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO**

**GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA**  
**DISCURSO DE POSSE**  
**30 DE MARÇO DE 1987**



Este produto apresenta o discurso de posse do Governador do Estado de São Paulo, ORESTES QUÉRCIA, publicado no Diário Oficial, no ano de 1987.

É importante observar que os textos foram digitados conforme publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Equipe da Biblioteca da Casa Civil



**Governo do Estado de São Paulo  
Biblioteca da Casa Civil**

**Discurso de Posse dos Governadores do Estado**

**GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA  
DISCURSO DE POSSE  
30 DE MARÇO DE 1987**

**PRIMEIRA MENSAGEM DO GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA  
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

21.<sup>a</sup> Seção Ordinária, da 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa,  
da 11.<sup>a</sup> Legislatura, em 30-3-1987

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ao iniciar meu governo, compareço perante esta Assembléia para reiterar os compromissos assumidos pelo PMDB e por mim, em campanha das mais árduas e memoráveis.

O povo paulista, principalmente os mais humildes, rompeu o cerco político com que se pretendeu isolar a luta do PMDB por um segundo período de governo presidido pelo espírito de mudança social consolidação do processo democrático.

Hoje as esperanças populares se confundem com a expectativa de realizações capazes de alterar significativamente as condições de vida das grandes massas de trabalhadores. Em consonância com este sentimento geral, e reafirmando o que disse ao tomar posse do Governo do Estado, reitero que o meu compromisso maior é com os mais pobres.

Uma estrutura econômica secularmente injusta e iníqua tem acumulado enormes bolsões de pobreza no coração justamente do pólo mais desenvolvido da Nação. Se é verdade que os países de capitalismo avançado em certa medida espelham o futuro dos países subdesenvolvidos, é também verdade que esta prefiguração nos concede a vantagem histórica de permitir buscar caminhos através dos quais possamos evitar o aprofundamento das contradições sociais inerentes ao próprio processo de acumulação de riquezas. Acumulação e crescimento associados à distribuição dos fundos do progresso material – eis a espinha dorsal da filosofia humanista que preside os compromissos políticos do PMDB e, portanto, meus compromissos de Governo.

Quatro anos de gestão peemedebista no comando do Executivo Estadual e tantos outros anos de experiência na gestão de inúmeras Prefeituras do Interior permitem hoje, ao PMDB, reconhecer-se como portador de *experiência técnica aliada a práticas democráticas* aptas a engrenar uma capacidade gerencial absolutamente inédita na administração pública brasileira. Os vícios tecnocráticos, tanto quanto as práticas oligárquicas em que se apoiavam, foram sepultados de uma só vez na medida em que consolidou a hegemonia peemedebista da vida pública da Nação.

Ao definir as prioridades do meu Governo, através da análise circunstanciada e responsável dos principais problemas vivenciados pela população de nosso Estado, estou conferindo a *direção política* necessária para cimentar a convergência entre a capacitação técnica e as práticas democráticas sem as quais não se aproxima a ação do Estado das aspirações populares.

Direção política firme e decidida é, pois, condição indispensável para que caminhemos celeremente para a erradicação dos bolsões de pobreza que comprometem o desenvolvimento harmônico da sociedade.

Considero prioridade das prioridades, em meu Governo, atacar por todos os meios e formas a chamada "questão do menor".

São enormes as carências de que são portadoras a infância e a juventude de nosso País. A miséria, em suas diferentes graduações e níveis, tem apartado enorme



## Governo do Estado de São Paulo Biblioteca da Casa Civil

### Discurso de Posse dos Governadores do Estado

contingente de menores de todos os benefícios do progresso, comprometendo o próprio conceito de *cidadania* para as gerações futuras.

O chamado "menor carente" emerge como personagem cada vez mais presente no drama histórico de nosso povo. Estudos especializados na questão da pobreza revelam que cerca de 25% da população das regiões mais ricas do País (SP, RJ, PR, SC e DF) encontram-se na faixa de renda de até 1 salário mínimo; 51% na faixa de até 2 salários mínimos e 66% na faixa de 3 salários mínimos.

O reflexo desta situação sobre o Estado de São Paulo define como clareza o número de menores carentes nos quais se deve concentrar a ação redentora do Estado.

### Menores Carentes por Classe de Renda Familiar

| Classe de Renda                               | Estado de São Paulo |                       |
|---|---------------------|-----------------------|
|   | Números de menores  | Composição percentual |
| Sem rendimento                                | 72.567              | 3,7                   |
| De 0 a 1 salário mínimo                       | 356.805             | 18,5                  |
| Mais de 1 salário mínimo a 2 salários mínimos | 1.460.449           | 75,6                  |
| Sem declaração                                | 43.498              | 2,2                   |
| Total   | 1.933.319           | 100,0                 |

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento

A ampliação do problema tem estado, nos últimos anos, diretamente relacionada com os efeitos devastadores da crise econômica do início da década sobre a estrutura produtiva, o nível de emprego e salário da população. Tais fatores se constituem, para o Estado, em elemento recriador e ampliador das demandas por bens e serviços de natureza social. Em resumo, ao déficit crônico existente no conjunto de setores sociais, dada a baixa efetividade das políticas públicas no passado, adiciona-se um conjunto amplo de demandas emergentes. Além disso, ao se atacar o problema das carências do menor de forma compartimentada – como carências alimentares, carências educacionais etc. – perdeu-se a noção de processo social e estimulou-se o crescimento desordenado do setor público com vistas ao atendimento de aspectos específicos da marginalidade social.

Hoje inicia-se esforço consciente para romper este círculo vicioso. É possível dizer que o Estado *colocará a questão do menor carente como pólo e centro de convergência de várias políticas públicas*. Tal visão, essencialmente integradora, é fundamental para reverter o processo de dispersão de recursos públicos responsável pela baixa efetividade das políticas voltadas para a erradicação da miséria.

O esforço para estender a cidadania até a primeira idade demandará, de meu Governo, a convergência de perspectivas e linhas de ação entre as Secretarias de Estado, especialmente as da Promoção Social, da Educação e da Saúde, assim como do Ministério Público, com o indispensável concurso do Poder Judiciário. Para coordenar este processo criei a Secretaria do Menor e atribuí funções à Secretaria Especial de Coordenação de Programas. A ação integrada desses setores da administração pública há de ter o sentido de uma verdadeira resolução no tratamento da questão, minimizando os aspectos policiais e de segurança pública que têm estigmatizado a infância abandonada, em especial os chamados "meninos de rua".

E se o fim de tal estigma é condição necessária para a socialização não traumática dos menores abandonados, deve o Estado ocupar-se de dar nova feição à Febem, rompendo com a filosofia de agigantamento das instituições fechadas e substituindo-a gradativamente por uma ampla rede de "casas da criança", de dimensões mais modestas e em co-gestão com a comunidade. Para o sucesso de tal política é fundamental que o Estado desempenhe um papel eminentemente mobilizador das energias e recursos



## Governo do Estado de São Paulo Biblioteca da Casa Civil

### Discurso de Posse dos Governadores do Estado

dispersos no seio da comunidade. Meu apelo dirigir-se-á, em especial, às igrejas e ao empresariado paulista.

Outra manifestação dramática da marginalidade social diz respeito à segurança pública. O crescimento alarmante dos índices de criminalidade, em especial nas regiões metropolitanas, é fator de crescente intranquilidade para a população. Dado o desamparo do cidadão frente à violência, o Estado é visto pela opinião pública como co-responsável pela "barbárie urbana". É certo, contudo, que sua ação, sob o regime democrático, se dá, tendo em vista alcançar níveis mais altos de civilidade; não pode ele tornar-se presa da armadilha fácil segundo a qual a violência privada se combate com a crescente violência estatal.

Pelo contrário, ao atacar as raízes da pobreza e da miséria, O Estado ataca fortemente as causas da violência. No entanto esta ação saneadora há que se dar em paralelo com aquela com vistas a circunscrever e manter sob rígido controle e vigilância o conjunto de ações anti-sociais que ameaçam o livre exercício da cidadania. Firmeza e determinação na repressão ao crime é condição necessária para uma vida social liberta da opressão do medo.

Na área da segurança pública as prioridades são o fortalecimento da ação policial junto à população, particularmente nas regiões periféricas da Capital, e a solução do crônico problema de presos a superlotar as celas dos distritos policiais da Capital e das cadeias públicas do Interior.

Quanto ao primeiro aspecto, é importante que se acentue a diretriz de que a polícia, no seu todo, há de ser sentida pelo cidadão, cada vez mais, como órgão de proteção, ao seu dispor a toda hora e em todo lugar, agindo com presteza e vigor, mas sem violência desnecessária.

Para isso, o reaparelhamento material da Polícia Militar e da Polícia Civil há de ser encarado como preocupação permanente do Governo, a acompanhar de perto as inovações tecnológicas, tanto quanto o permitam as possibilidades financeiras.

Estão previstos no orçamento recursos para aquisição de 1.200 viaturas equipadas, para a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Na Capital, já se determinou, no mesmo sentido, a duplicação do número de distritos policiais. Em suma, a polícia perto do povo, para desestimular os atentados e para prestar o imediato socorro às vítimas.

Efetivamente, pelo Decreto nº 26.925, de 20 de março de 1987, foram criadas as Delegacias Seccionais de Polícia de Santo Amaro, Itaquera e de São Mateus, além de mais 51 Distritos Policiais, que se instalarão no prazo máximo de vinte e quatro meses.

Além disso serão constituídas, reformadas e ampliadas 87 unidades policiais, das quais 39 para a Região Metropolitana de São Paulo e 48 para o Interior do Estado.

Os efetivos dos organismos policiais serão aumentados para compatibilizá-los com o crescimento demográfico, cuidando-se particularmente de prevenir os desvios de função, de modo que todo policial esteja sempre em atividade.

Imediatamente serão iniciados trabalhos de construção de vinte unidades prisionais, com capacidade de 500 presos cada uma, que representarão portanto 10.000 vagas novas, já estando adiantados os projetos respectivos (Decreto nº 26.935, de 24.3.87).

Ao mesmo tempo, encontram-se em face de construção os presídios de Tremembé (1.056 vagas), Mongaguá (528 vagas) e Presidente Prudente (400 vagas) e estão para iniciar-se as obras de construção dos presídios de Presidente Bernardes (528 vagas) Guarulhos (528 vagas) e Bauru (528 vagas), bem como as obras de ampliação do Instituto de Educação de Tremembé (200 vagas), da Penitenciária Feminina da Capital (144 vagas) e da Penitenciária Feminina de Franco da Rocha (120 vagas).

Sem dúvida será possível, assim, desobrigar a polícia do indevido encargo de administrar presídios, em favor das suas atribuições específicas, conseguindo-se, por outro lado, que os presos, transferidos para dependências adequadas, não sofram mais constrangimento que os previstos nas leis.



## **Governo do Estado de São Paulo** **Biblioteca da Casa Civil**

### **Discurso de Posse dos Governadores do Estado**

Serão preservadas, com a máxima atenção, as saudáveis relações com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, de harmonia, independência e colaboração, em benefício de melhores serviços prestados à sociedade, intensificando-se ao mesmo tempo o desenvolvimento dos trabalhos de assistência judiciária gratuita, a cargo da Procuradoria Geral do Estado.

Mas a complexidade dos problemas que implica a dimensão social do nosso Estado impõe a adoção de outras providências capazes de assegurar o seu desenvolvimento e o seu progresso.

Uma região com as características sócio-econômicas do Interior paulista representa um significativo investimento histórico, que deve ser preservado e utilizado construtivamente, tanto no benefício do próprio Estado, quanto no do País. Os seus recursos materiais e humanos devem possibilitar-lhe um papel dinâmico na economia nacional.

O ponto de partida para o delineamento da estratégia regional é dado pelo pressuposto básico de concebê-la sob a perspectiva da maioria da população, de suas necessidades e de suas reivindicações, ou seja, da melhoria das condições de vida.

Dessa maneira, não se pode desconhecer o poderoso impacto da industrialização no processo de mudança, seu poder de indução do crescimento e de expansão do emprego e da renda, aliado à sua capacidade de inovar, treinar e desenvolver habilidades que se refletem efetivamente em toda sociedade.

A industrialização do Interior, por isso mesmo, insere-se entre as prioridades do meu Governo.

A primazia do transporte individual, em detrimento do transporte coletivo de massa, pode ser adicionada uma nova questão agravante do problema dos transportes públicos: as mudanças estruturais ocorridas em passado recente nos grandes conglomerados urbanos.

A necessidade da redistribuição espacial das empresas, o elevado custo dos terrenos urbanos, associado à expansão dos sistemas de comunicações, induzem à mudança das unidades industriais das empresas para áreas periféricas, dentro e fora da Região Metropolitana de São Paulo, enquanto as unidades administrativas principais permanecem nas áreas centrais da cidade. No entanto, há uma forte tendência ao abandono do centro tradicional em deterioração em busca de áreas situadas ao sul e sudeste do município da Capital. Por outro lado, a baixa renda dos trabalhadores, a par da elevação dos preços de terrenos e serviços, forçou o seu afastamento para áreas ainda mais periféricas.

Ao assumir esta Administração, levo em conta as dificuldades de superação dos problemas do setor quando se trata de estruturar o transporte coletivo urbano, haja vista que constituem o resultado acumulado de décadas de estruturação em torno de um modelo de desenvolvimento nacional concentrador e elitista. E o setor dos transportes é um daqueles em que as vicissitudes desse modelo se manifestam de forma acentuada.

O Estado de São Paulo tem um déficit habitacional estimado em 2 milhões de moradias, demandando recursos da ordem de 13 bilhões de dólares para ser eliminado, aos quais se devem somar US\$ 7 bilhões, necessários às operações complementares de urbanização e saneamento básico. Essa demanda de recursos representa cerca de 27% do necessário à cobertura do déficit habitacional brasileiro.

É importante reconhecer, por outro lado, que 1/3 dessa carência de habitações se refere a populações de renda familiar até 2 salários mínimos; outro terço concerne a famílias com renda de 2 a 5 salários mínimos; e o último terço compreende famílias com renda superior a 5 salários mínimos.

Diante desse quadro, o Governo do Estado pretende assumir posição decisiva no sentido de aliviar os encargos que recaem sobre as habitações das famílias de baixa



## Governo do Estado de São Paulo Biblioteca da Casa Civil

### Discurso de Posse dos Governadores do Estado

renda. Vários caminhos, para isso, estão sendo estudados, como a aplicação de juros mais altos nos financiamentos das casas de preços mais elevados, compensando aqueles que devam ser substituídos; ou o pagamento dos juros pelo Estado; ou ainda a aplicação de alguma forma de contribuição de melhoria aos terrenos ociosos, que se beneficiam da valorização proporcionadas pelos melhoramentos públicos, sem participar de seus custos. Neste particular, releva notar, mais uma vez, que toda a sociedade – inclusive os pobres – paga pela valorização dos terrenos, que acaba inviabilizando os projetos habitacionais devido aos altos preços que esses imóveis alcançam.

É certo que, ao lado dos estudos antes referidos, o Governo já adotou medidas no sentido de desapropriar áreas para a construção de moradias, de iniciar um processo de alta produção de casas (sem prejuízo do emprego de mutirões onde sejam convenientes), de desenvolver tecnologias de baixo custo para edificações coletivas e de captar recursos de financiamento onde quer que eles existam. Assim, na primeira semana de Governo já se convencionou acordo com a Caixa Econômica Federal para a construção de 26.000 unidades. Ao mesmo tempo, o Governo está negociando a regularização de terras ocupadas por favelas, com o objetivo adicional de urbanizá-las.

Finalmente, é de se esclarecer que, segundo as primeiras avaliações de recursos disponíveis, de financiamentos possíveis e de capacidade gerencial do Estado, será possível estimar em 200 mil habitações a meta de construções no atual período de Governo, gerando condições de execução de programas maiores nos períodos posteriores e de solução dos problemas mais agudos do momento presente.

Apesar de todos os objetivos, que serão cumpridos à risca pela administração pública estadual sob meu comando no quadriênio que se inicia, é forçoso reconhecer que a missão política do Governador do Estado de São Paulo transcende os limites desta unidade da Federação e adquire, inquestionavelmente, dimensão nacional.

Apoiado na fé no futuro de meu País e animado pela esperança popular no papel redentor de nosso Governo, tenho consciência de que a ação do Governador de São Paulo o projeta como artífice do Brasil do Século XXI.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte, ruptura política com a velha ordem, conquista pela qual tanto me bati como Senador por São Paulo, cria hoje as condições necessárias para o advento do novo Século, livre das peias do passado, e prenhe de esperança no futuro.

Através da indispensável participação dessa Augusta Assembléia, procurarei dar nova feição ao aparelho do Estado, para que caminhe celeremente em direção ao seu objetivo último, que é ser instrumento de realização da vontade popular expressa nas urnas. No bojo desse esforço de caráter legislativo, com vistas a legar para as futuras gerações um Estado ágil, moderno e democrático, destaco minha luta e a de tantos companheiros pela conquista de uma completa reformulação da estrutura tributária – a Reforma Tributária – que é bandeira há anos desfraldada pela Frente Municipalista.

Palácio dos Bandeirantes, aos 30 de março de 1987.

Orestes Quércia  
Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputando Luiz Benedito Máximo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

**DOE, Poder Legislativo, 24/04/1987, p. 1-2**

\*\*\*\*\*